

EDITORIAL DE ABRIL/2019:

## **AS POLÍTICAS TRANSNACIONAIS E O CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO**

Não é novidade que as propostas de políticas educacionais e curriculares, inseridas num contexto de globalização, passam pelo estabelecimento de parâmetros propostos por organizações internacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). As premissas desses organismos internacionais para as reformas educacionais se pautam na formação de um cidadão que possa dar resposta às exigências do mercado e da economia, cada vez mais impulsionada pelos avanços tecnológicos em todos os setores.

Outro aspecto a ser considerado são os novos papéis assumidos pelos Estados no atual cenário da globalização. Para Robertson e Dale (2015, p. 44)<sup>1</sup>, os Estados já não operam mais nos mesmos moldes, “mas por meio de novas formas e técnicas de governança”. Os autores se referem não somente às mudanças nas atividades do Estado em relação às políticas educacionais, mas também na determinação das prioridades, dos propósitos e das atividades do Estado. Nesta perspectiva surge Um currículo regulado transnacionalmente, que obedece a uma lógica neoliberal, na qual a educação é transformada em um “bem de consumo”, uma mercadoria.

Nos deparamos com um número cada vez maior de redes políticas transnacionais que validam novos discursos e novas narrativas sobre a qualidade da educação. De acordo com Ball (2013)<sup>2</sup>, para essas redes, a educação é uma oportunidade de negócios, pois seus membros disseminam narrativas de soluções empresariais e empreendedoras para problemas educacionais. Em Santa Catarina, podemos exemplificar as novas redes, com a implantação do Programa Ensino Médio Integral em Tempo Integral – EMITI, uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação (SED), Instituto Ayrton Sena (IAS) e Instituto Natura.

Nesse cenário de políticas que trazem as marcas da globalização, está a reforma do Ensino Médio, pautada na flexibilização curricular por meio da oferta de distintos

---

<sup>1</sup> ROBERTSON, Suzan L.; DALE, Roger. O Banco Mundial, o FMI e as possibilidades da Educação Crítica. **APPLE, MW; AU, W.; GANDIN. LA Educação Crítica: Análise Internacional. Porto Alegre: Artmed**, p. 34-48, 2011.

<sup>2</sup> BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. **Sociologia da educação: análise internacional. Porto Alegre: Penso**, p. 177-189, 2013.

itinerários formativos, cuja implantação está em curso. Nos questionamos então: Como as realidades das escolas de Ensino Médio de Santa Catarina podem ser contempladas pelas políticas educacionais transnacionais? Como os professores e jovens são ouvidos nesse processo? Que condições de infraestrutura das escolas, de trabalho docente e de formação de professores será oferecida?

Nós, professores e pesquisadores, não podemos silenciar diante do que está ocorrendo. Mesmo considerando que num processo de globalização as fronteiras não sejam as mesmas, não podemos abrir mão da construção de um projeto educativo coletivo, com a participação de todos os atores do universo escolar. Isso exige que se criem “espaços de autonomia curricular” (PACHECO, 2002)<sup>3</sup>, para que os professores não sejam apenas implementadores de políticas curriculares, mas que possam participar nas tomadas de decisão, o que representa um processo político e democrático. Não basta a regulação do processo por meio de uma base curricular nacional e avaliações em larga escala, é necessário investimento e envolvimento de todos no processo.

Temos a impressão (em alguns momentos, a certeza) de que a lógica que perpassam essas reformas, por meio de um currículo que incorpora realidades e modelos padronizados, é um retorno à racionalidade técnica. Nesse viés, o professor pode passar a ser apenas um executor de tarefas, mediante roteiros e produtos educacionais (como livros didáticos, plataformas digitais) que não contemplam um currículo vivo, discutido coletivamente e que possibilite uma educação emancipatória, a formação de jovens críticos e capazes de pensar, refletir e transformar a realidade.

Vale ressaltar que a formação crítica dos jovens também depende de políticas e investimentos para que tenhamos escolas bem equipadas e adequadas aos jovens do Ensino Médio, ainda em formação, na última etapa da Educação Básica. Somado a esses fatores estão a necessidade de boas condições de trabalho dos professores, valorização da carreira docente, formação inicial e continuada adequada.

**Jane Mery Richter Voigt**

Professora do PPGE da UNIVILLE

---

<sup>3</sup> PACHECO, José Augusto. Políticas curriculares. **Porto: Porto Editora**, 2002.